

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015:**

---Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António da Silva Garrido e Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Anabela Solinho Martins,
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Artur Jorge da Silva Viana,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe
Maria Alexandra Campos Esteves Faria Vilar,
Luzia Filipa Carvalho Miquelino,
António de Sousa Cepa,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Helena Maria Carvalho de Abreu,
Beatriz Paula de Sá Lima de Matos,
António Vendeiro Catarino,
Vítor Manuel Queirós Quintão,
João Eduardo Pinto Felgueiras,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Paulo Fernando Alves Marques,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães,
Jorge Manuel Neto Filipe e
Mário Pires de Boaventura.

---Sendo 21 horas e 15 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

António Maranhão Peixoto,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro, em substituição de João Maria de Sousa Nunes da Silva,
Jaquelina Casado Afonso Areias,

Rui Manuel Martins Pereira,
Maria Raquel Morais Gomes do Vale e
Berta Filipa Gonçalves Viana.

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos:

Alberto Francisco Amaro Ferreira;
António Viana da Cruz;
Alberto Barros Paquete e
José Manuel Neiva da Cruz.

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01- APROVAÇÃO DE ATAS: _____

01.01.01 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2015 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e quatro de abril de 2015 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2015.-----

Por não ter estado presente absteve-se o senhor deputado municipal Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua.

01.01.02 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2015 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e seis de junho de 2015 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2015.-----

Por não terem estado presentes e conforme declararam, abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais:

Luís António Sequeira Peixoto;
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua e,
Jorge Manuel Neto Filipe.

01.01.03 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----



Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia trinta de setembro 2015 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2015.-----

Por não terem estado presentes e conforme declararam, abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais:

Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Jorge Manuel Neto Filipe,
Aurélio Mariz Neiva e,
Mário Pires de Boaventura.

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 - RELATÓRIOS DE GESTÃO E DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA EAMB – ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. – PARA CONHECIMENTO-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, do Relatório de gestão e do auditor externo sobre a situação económica e financeira da EAMB – Esposende Ambiente, E.M. – 1º semestre de 2015 e 3.º Trimestre de 2015.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO DO RELATÓRIO REFERENTE AO 1.º SEMESTRE – 2015 E DO RELATÓRIO REFERENTE AO 3.º TRIMESTRE - 2015.-----

01.04 - RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA ESPOSENDE 2000 - ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M. – 1º SEMESTRE DE 2015 – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, do Relatório do auditor externo sobre a situação económica e financeira da Esposende 2000 - Atividades Desportivas e Recreativas, E.M. – 1º semestre de 2015.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.05 - HOMOLOGAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA CONTA DO EXERCÍCIO DE 2010 – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da Homologação pelo Tribunal de Contas da conta do exercício de 2010.

Pediu a palavra o deputado municipal do PCP, Manuel Carvoeiro, tendo questionado se as recomendações do Tribunal de Contas foram tidas em conta pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que as recomendações feitas reportavam-se à conta de gerência de 2010, pelo que neste momento nada se pode fazer, a não ser ter em conta essas recomendações para situações análogas, sendo certo que em reunião de câmara, à data, estes assuntos foram aprovados. Mais informou que relativamente à questão do Futebol Club de Fão, a situação foi sanada, tendo-se efetuado os pagamentos devidos, bem como se rescindiu o acordo, no superior interesse do município.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.06 - INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal Albino Penteado Neiva, do Grupo Político do PSD, apresentando, inicialmente, um voto de pesar, subscrito por todos os Grupos Políticos, e que se transcreve:

“Faleceu recentemente, em 16 de Outubro de 2015, o Padre Contra Almirante e Capelão Chefe do Serviço de Assistência das Forças Armadas, Manuel da Costa Amorim, natural de Belinho.

Este ilustre cidadão distinguiu-se na carreira eclesiástica mas também na carreira militar, atingindo a maior graduação que algum sacerdote em idênticas funções havia atingido.

O Município de Esposende, reconhecendo a sua carreira sacerdotal e militar, atribui-lhe, em Agosto último, a Medalha de Mérito Municipal.

Assim, propomos que nesta Assembleia Municipal seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento, apresentando condolências à sua família.”

De seguida apresentou um Voto de Pesar e Condenação, subscrito por todos os Grupos Políticos, com o teor que se transcreve:

“Em reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Esposende, hoje dia 30 de Novembro de 2015, propõe-se um Voto de Condenação e Repúdio pelos atentados terroristas que ocorreram no dia 13 de Novembro, deste ano, na cidade de Paris, que vitimaram mais de uma centena de cidadãos, alguns de nacionalidade portuguesa, a cujas famílias esta assembleia Municipal apresenta, também, sinceros votos de pesar. Este Órgão não pode, de forma alguma, ficar indiferente face a estes actos de puro fanatismo ideológico que fazem perigar pessoas e bens repudiando-os veementemente.”

Ainda no uso da palavra, apresentou a seguinte Recomendação:

RECOMENDAÇÃO AO GOVERNO: REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE 2013

É sabido e reconhecido que a reorganização Administrativa levada a cabo em 2013 não foi, de todo uma solução pacífica, nem social nem politicamente. Todos reconhecem que nem, tão pouco, veio melhorar a gestão do território.

O actual Primeiro-Ministro Dr. António Costa, que defendeu uma reorganização administrativa em Lisboa, sempre defendeu que aquela reforma deveria ser negociada dentro dos municípios e não imposta de fora e até concordamos quando ele mesmo disse, e cito "Não há nada mais difícil do que fazer uma reforma administrativa". "E não há nada pior do que se fazer uma reforma administrativa sob pressão e à pressa".

Num estudo que avaliou o 1.º ano desta reforma e inquiridos os responsáveis autárquicos das freguesias que sofreram agregação, ficou claro que, e volto a citar, "a grande maioria destes autarcas respondeu que não houve melhorias na gestão territorial com a reforma de 2013".

"É mais elevado o número daqueles que dizem que piorou". O próprio Prof. Cândido Oliveira, da Universidade do Minho continua a afirmar que a reforma "como foi feita, não foi racional" porque "não teve em conta que o país é diverso".

Senhoras e Senhores Deputados,

O Dr. António Costa quando candidato a 1.º Ministro apresentou 55 medidas que iria promover se eleito Primeiro-Ministro. A 18.ª dessas medidas era precisamente "Reavaliar o processo de união das freguesias, em diálogo com as próprias autarquias locais" e "estabelecer critérios objetivos que, com o envolvimento das próprias freguesias e dos municípios, permitam aferir os resultados da fusão/agregação e corrigir os casos que se conclua terem sido mal resolvidos. Os municípios, em conjunto com as freguesias, deverão pronunciar-se sobre as correções a introduzir".

Esta é uma medida, senão mesmo a única, à qual batemos palmas e julgamos da maior pertinência.

Recordamos que esta matéria foi veementemente reprovada por esta Assembleia Municipal que, na altura, aprovou um documento de repúdio e votou contra qualquer reforma territorial que se operasse neste concelho.

Assim, e porque o Partido Socialista prometeu rever essa mesma reforma se viesse a ser governo, ao abrigo da alínea d) n.º 1, do art.º 43º do Regimento desta Assembleia Municipal, se recomende ao Governo que esta matéria volte à Assembleia Municipal de Esposende que se deverá pronunciar e ter voz activa sobre a organização do seu território."

Continuou a sua intervenção, com o teor que se transcreve:

"Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Quero iniciar esta minha intervenção falando das políticas nacionais, e digo políticas nacionais pois, como compreendem, vamos ser governados por várias políticas, diferentes opções, diferentes valores, o mesmo que dizer, governados a coberto de uma manta de retalhos deficientemente costurados.

Começo por citar Benjamim Constant, autor do Curso de Política Constitucional que escreveu que quando se não impõe algumas regras e se não respeitam valores democráticos, muitas

vezes esses representantes não são defensores da liberdade mas transformam-se, rapidamente, em candidatos à tirania.

*Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

António Costa foi o político português que mais rapidamente ganhou um lugar na história de Portugal. Conquistou esse espaço não pelos melhores motivos mas por ter, tal como D. Miguel I em 1821, usurpado o poder, por ter subvertido a razoabilidade democrática e por ter, mesmo perdendo as eleições e enganando os eleitores portugueses, arvorar-se como salvador da pátria.

Aliás foi o primeiro político português a desafiar o célebre Paradoxo de Condorcet e a provar que uma adição de minorias significa uma escolha colectiva e ainda mais, a ignorar que a racionalidade das coisas desaparece quando se tenta fazer crer que a soma das opiniões pessoais, valem mais do que a própria escolha colectiva.

Depois de ter perdido as eleições legislativas, o Secretário-Geral do Partido Socialista, vendo-se em maus lençóis, qual Rasputin, olhou fixamente para a esquerda e para a extrema-esquerda, e como fez o citado monge russo, procurou seduzir, com esse olhar, seguidores e apoiantes que, naturalmente se deixaram embalar e seduzir.

Mas tudo isto não foi, de forma alguma, inocente, para os comunistas e bloquistas o mais importante era escolher o inimigo público e derrubá-lo, independentemente das razões e das políticas. Os socialistas caíram na ratoeira, abdicaram de tudo só para alcançar o poder e como soi dizer-se ainda vamos ouvir António Costa gritar bem alto que com amigos destes não precisamos de ter inimigos. Tal como Sólon, que viveu no século VI a.c. e que afirmava não lhe agrada fazer o que quer que seja com violência de tirano, nem dar aos bons e aos maus partes iguais da terra fértil da pátria, estou certo que o que aconteceu a Sólon irá acontecer a António Costa, será derrubado sem piedade por quem, tão entusiasticamente, o aplaudiu. O futuro próximo o dirá.

Temos um novo governo, recheado de velhos peões de brega. António Costa demonstrou querer calar a oposição interna e fê-lo com habilidade. Para um dos maiores governos da democracia portuguesa chamou Costistas, Soaristas, Socratistas, Sampaistas, Guterristas e mesmo Seguristas. Não é difícil escrutinar que o critério não terá sido, somente, por questões de competência técnica.

Fazemos votos para que o António Costa, Primeiro-ministro, seja bem diferente de António Costa como autarca.

Lisboa reflecte uma luminosidade intensa o que a difere das outras capitais. Mas não olhando para o céu e para a luz, vemos uma cidade esburacada, com lixo, muito lixo, com bairros degradados, com saneamento básico deficientíssimo, com condutas a rebentar a toda a hora, com prédios históricos abandonados, sem solução para espaços como o Parque Mayer, o Parque da Bela Vista, o de Chelas, a Feira Popular e tantos outros que nem nos atrevemos a enumerar. Mas sim, António Costa é, também, um expert na criação de Taxas e Impostos.

O Partido Socialista de António Costa surpreende-nos todos os dias.



Há aqui quem se tenha esquecido do dia 7 de Novembro de 1975 quando Mário Soares acusava, na televisão, que Álvaro Cunhal queria transformar Portugal numa ditadura comunista. E este lhe respondeu "Olhe que não! Olhe que não!". Quem mudou? Terá sido a ortodoxia comunista?

Quem já se esqueceu de que em 1978, Mário Soares, então Primeiro-Ministro mandou os portugueses apertar o cinto, que iria mandar para a gaveta o socialismo e que era urgente praticar uma verdadeira política de austeridade. Será que os governantes soaristas vieram para o governo para dar seguimento a essas políticas?

Qual será o papel, e com que intuito estão no governo, de alguns dos que pertenceram ao núcleo duro de José Sócrates e que, com ele, nos levaram à bancarrota? Recordo, um deles foi candidato a esta Assembleia Municipal, eleito deputado municipal mas porque perdeu abandonou o lugar.

Quem se esqueceu da célebre conferência de António Costa, no dia 25 de Fevereiro de 2015, que perante uma plateia de magnatas chineses lhes agradeceu por terem ajudado Portugal a enfrentar e a vencer a crise e mais que tinham dado um grande contributo para que Portugal pudesse estar, hoje, na situação em que está, bastante diferente daquela em que estava há quatro anos atrás.

Certamente todos recordarão as palavras de António Costa, poucos dias antes das eleições, quando se referia aos comunistas e bloquistas em termos tão pouco elogiosos que só lhes faltou chamar "raça infecta".

Como é possível no seu discurso de tomada de posse, em 26 de Novembro, e volvidos 41 anos de democracia em Portugal, só agora reparar que, afinal, na Assembleia da República tinham lugar outros deputados de outras forças políticas nomeadamente comunistas e, mais recentemente, bloquistas e nunca os socialistas viram neles qualquer interesse em formalizar compromissos? Será que António Costa nunca foi avisado que eles também representavam a vontade genuína do povo português? Só pensou nisso agora?

Perante tudo isto constato que, infelizmente, Portugal perdeu uma interessante força política, o Partido Socialista, e ganhou algo que ainda não conhecemos verdadeiramente – um novo partido – o partido dos equivocados.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Se as políticas nacionais nos podem trazer dúvidas e desconfianças, o mesmo não se passa com a política local que nos continua a merecer os nossos maiores encómios.

Dois anos de mandato deste executivo mereciam, sem dúvida, que aqui fizessemos um balanço. Seria fastidioso enumerar o que de bom, e muito, se fez neste concelho ao longo deste mandato mas é desnecessário já que é público o seu trabalho e através das Notas Informativas, e das Informações Escritas do Sr. Presidente todos ficamos a conhecer o desempenho do executivo nas diversas vertentes.

Mesmo assim não quero deixar de me referir a alguns aspectos que me merecem especial destaque.

Foi publicado recentemente o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2014 e foi com

agradável surpresa que vemos Esposende a liderar o ranking da eficiência financeira dos municípios de média dimensão do norte do país. Em termos regionais, lidera a lista dos municípios do Minho e, em termos globais, é dos melhores posicionados a nível nacional. Este documento atesta o desempenho dos municípios no que se refere aos indicadores índice liquidez, resultado operacional, peso passivo exigível no ativo, passivo por habitante, taxa de cobertura financeira da despesa realizada no exercício, prazo médio de pagamentos, grau de execução do saldo efetivo, índice de dívida total, execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos e impostos diretos por habitante.

Refira-se que a nível nacional, no ranking dos municípios de média dimensão, Esposende ocupa a 8.ª posição, o que revela uma subida exponencial atendendo a que, em 2013, ocupava o 24.º lugar. Num universo de 308 municípios, Esposende surge, assim, em lugares de relevo, o que reflete a excelência do trabalho que tem vindo a ser realizado pelo executivo liderado por V. Ex.ª. Estes dados traduzem a preocupação em manter uma gestão rigorosa por forma a garantir a sustentabilidade do nosso município dando grande credibilidade à gestão municipal excelente indício para a captação de fundos comunitários do Portugal 2020.

Também já é notório nas freguesias do nosso concelho a melhoria da iluminação pública com a colocação de luminárias de tecnologia LED e de vapor de sódio de alta pressão permitindo assim uma taxa de poupança nos consumos energéticos, uma redução da percentagem de emissão de dióxido de carbono para a atmosfera e, certamente, uma maior segurança para as populações pois este sistema, embora mais económico, nos parece mais eficaz.

Falando de ambiente não posso deixar de nos congratular com os níveis de qualidade de água que consumimos e nos é fornecida via Esposende Ambiente. Continuamos a ter uma água 100% segura, garantia dada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos em recente relatório vindo a manter estes níveis desde 2010. Em 2015, a Esposende Ambiente continua a demonstrar um excelente desempenho no controlo da qualidade da água que distribui, implementando um Programa de Controlo da Qualidade da Água, devidamente aprovado pela ERSAR, que contempla a realização de análises na torneira de 108 consumidores do concelho. Complementarmente, executa um Plano de Controlo Operacional e um Plano de Segurança da Água, seguindo as metodologias preconizadas pela Organização Mundial de Saúde, numa perspetiva de análise e prevenção de riscos em sistemas de abastecimento de água. Mesmo com toda esta qualidade a Esposende Ambiente continua a manter a isenção de custos de ligação aos sistemas públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, para além do seu regime tarifário social e regime tarifário para famílias numerosas.

Um dado que a mim, pessoalmente, me deixa satisfeito é a dinâmica cultural assinalável que existe no nosso município. Refiro com especial enfoque o plano literário, nomeadamente a apresentação de textos literários e de cultura, tendo sido lançado, recentemente, o Boletim Cultural, n.º 4 – II série e a exposição patente no Museu Municipal alusiva ao tema “Esposende nas Trincheiras – Evocação do Centenário da 1.ª Grande Guerra”.

Por último uma referência à intervenção na restinga de Ofir, que parece eficaz pelo menos passou nos recentes temporais, e à obra de reconstrução do molhe da barra que irá avançar brevemente.”

De seguida interveio o Sr. Deputado Municipal Paulo Marques, do Grupo Político do PSD, que

apresentou duas recomendações, cujo conteúdo se transcreve:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Na sequência das recentes notícias dando nota de que, por Despacho do Ex. Ministro da Saúde, Fernando Leal da Costa, o serviço de urgência do Hospital de Santa Maria Maior em Barcelos sofreu uma desclassificação, passando de um serviço de urgência médico-cirúrgica para um serviço de urgência básica, com implicações concretas no que se refere à VMER (viatura médica de emergência e reanimação) e à assistência médico-cirúrgica, o grupo político do PSD propõe:

1 – Repudiar de forma veemente o Despacho n.º 13427/2015, de 20 de Novembro, que produzirá efeitos no prazo de seis meses após a data da sua publicação;

2 – Repudiar o incumprimento do protocolo assinado em 23.07.2007, entre a ARS Norte, em representação do Governo, e a Câmara Municipal de Barcelos, que garante um serviço de urgência médico-cirúrgico até às 22 horas, bem como a permanência de uma VMER em serviço permanente;

3 – Repudiar, também, o facto de tal situação determinar a perda de especialidades e também da VMER.

Mais referimos que:

4 – O Hospital de Santa Maria Maior serve as populações de Barcelos e de Esposende;

5 – Um serviço de urgência básica não servirá nunca a totalidade dos seus habitantes (cerca de 160.000), sem contabilizar os visitantes e turistas destes territórios durante o ano, com a qualidade que o hospital de Barcelos hoje o faz com um serviço de urgência médico-cirúrgica;

Posto isto, o grupo político do PSD propõe que seja votada esta proposta de recomendação no sentido de mandar o Sr. Presidente da Câmara para que diligencie junto do Governo, pela revogação do referido despacho, por forma a garantir a qualidade dos serviços de saúde a prestar à população do nosso Município.”

“Na Sessão da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro do ano de 2014, o grupo político do PSD apresentou uma moção, também subscrita pelo grupo político do PS, relativa à defesa das competências do tribunal de Esposende, rejeitando liminarmente o intitulado “novo mapa judiciário”.

Na sequência da referida moção e considerando a entrada em funções do Governo do Partido Socialista, cujos elementos da equipa governativa sempre se manifestaram de forma veemente contra o referido mapa judiciário, o grupo político do PSD, propõe que seja votada esta proposta de recomendação no sentido de mandar o Sr. Presidente da Câmara para que diligencie junto do Governo, pela alteração do Decreto-Lei 49/2014, de 27 de Março, relativo à organização e funcionamento dos tribunais judiciais, devolvendo ao nosso tribunal as competências que lhe foram retiradas, por forma a garantir o acesso célere e menos oneroso à justiça e aos tribunais, à população do nosso Município, conforme constitucionalmente previsto, conseguindo-se dessa forma uma justiça de maior proximidade.”

De seguida interveio O Sr. Deputado Municipal Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, com a seguinte intervenção:

"Aquele que luta pode perder. Quem não luta, já perdeu", escreveu o grande dramaturgo, poeta e encenador alemão Bertolt Brecht.

E da luta, das pequenas e grandes lutas, de todas as lutas se fez o caminho que levou ao isolamento social do governo PSD/CDS, abriu o caminho para a sua derrota eleitoral e determinou a rejeição do seu programa e consequente queda. Luta que contou sempre com o papel imprescindível do PCP. Foi um percurso duro num caminho tortuoso e difícil, porque difíceis têm sido todas as caminhadas empreendidas em defesa dos direitos dos trabalhadores, daqueles que mais sofrem com as políticas capitalistas de saque e exploração dos povos.

Luta contra um governo PSD/CDS-PP que cumpriu fielmente uma cartilha neoliberal de empobrecimento do nosso país e dos portugueses. Um Governo que implementou políticas criminosas, através do ataque intencional e sistemático aos serviços fundamentais do Estado, visando, nomeadamente, o serviço nacional de saúde, a escola pública e a segurança social. Um Governo que, como nunca tinha acontecido, desde a derrota do fascismo em Portugal, provocou um brutal êxodo de mulheres e homens, jovens e menos jovens, todos rumo a outros países em busca das condições de vida que lhes estavam a ser retiradas pelo PSD e CDS-PP. Um governo que, ao serviço do grande capital, alterou a legislação laboral, fragilizando as relações de trabalho em benefício do patronato, provocando a precariedade, o desemprego, principal dos jovens, os baixos salários, a miséria, a fome. Sim, a fome de milhares e milhares de crianças, a fome de homens e mulheres que passaram a ter por teto a escuridão e o luar das noites e por cama os pedaços de cartão canelado e os cobertores fornecidos pelos centros da caridadezinha bafienta ou os frios silêncios de lares destroçados. Um governo que roubou salários, pensões e reformas. Um governo que tudo fez para retirar a dignidade a uma larga maioria dos homens e mulheres deste nosso país – Portugal. Um governo que continuou a facilitar, em toda a linha, o crescimento opulento do setor privado da saúde, enquanto no setor público encerrou urgências, serviços diferenciados, aumentou as taxas moderadoras, deixou pelas ruas da amargura as estruturas referentes à saúde mental, deixou morrer portugueses por falta de medicamentos e assistência médica-hospitalar. Um Governo que atacou, sem igual, o setor da educação e ensino, maltratando os professores, ao mesmo tempo que aumentou as transferências para o setor privado, através da celebração dos contratos de associação. Um Governo que vendeu ao desbarato todo o nosso património nacional, desde empresas como a ANA, os CTT, a TAP e muitas outras empresas lucrativas, verdadeiras alavancas para garantir a nossa soberania económica. Tudo foi alienado aos grandes interesses e ao grande capital estrangeiro associado a testas de ferro nacionais. E muitas outras malfetorias poderiam aqui ser referidas. Malfetorias e desmandos que contaram sempre com um aliado: o Presidente da República, Cavaco e Silva. "O mesmo Cavaco e Silva que tudo fez, desde a indigitação apressada de Passos Coelho, mesmo sabendo-a à partida condenada ao fracasso, através de uma comunicação de 23 de Outubro ao País de enorme gravidade, às manobras para adiar deliberadamente a única saída constitucional a que estava obrigado, arrastando e deixando degradar a situação política, alimentando um clima de instabilidade e confronto institucional, encenando falsas soluções que o PSD e o CDS (e os

seus comentadores de serviço) logo aproveitaram para análises catastrofistas e acusações torpes (de golpe, de usurpação, de exigência de revisão da Constituição para realização imediata de novas eleições) ”.

Dirão que o PSD e o CDS em coligação ganharam as eleições. Pois ganharam através da desinformação, do embuste da devolução da sobretaxa, das mentiras sobre uma economia que estava a crescer e, afinal, está em estagnação e recessão, tendo andado para trás mais de uma década, da subserviência da grande comunicação social e da manipulação empreendida pelos costumeiros comentadores de serviço, pagos a peso de ouro pelos Srs. que têm Mandado Nisto Tudo.

Perante a nova correlação de forças, o PCP, num ato de grande responsabilidade, tomou a iniciativa, de forma séria e empenhada, para procurar soluções indo ao encontro dos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo, que tantas lutas travaram pela derrota definitiva do governo PSD/CDS.

Processo que, afirmando e garantindo a independência e identidade do Partido Comunista Português e não hipotecando os seus Projeto e Programa, permitiu identificar um conjunto de matérias onde é possível assegurar uma ação convergente, abrindo a possibilidade real de, entre outros, dar passos na devolução de salários e rendimentos, de repor complementos de reforma dos trabalhadores do sector empresarial do Estado, de valorizar salários e travar a degradação continuada das pensões, de restituir parte das prestações sociais sujeitas à condição de recursos, de repor os feriadados retirados, de garantir melhores condições de acesso aos direitos à saúde e à educação, de fazer reverter os processos de concessão e privatização de empresas de transportes terrestres.

O Presidente da República indigitou António Costa para primeiro-ministro, conduzindo à tomada de posse dum governo do PS. O PCP está consciente que este não será um governo para realizar a política patriótica e de esquerda que defendemos. Mas está criada uma nova situação com uma relação de forças na Assembleia da República que propicia melhores condições para dar resposta a problemas e aspirações. Uma situação em que se impõe prosseguir a luta pela rutura com a política de direita e por uma política patriótica e de esquerda.

Este é, pois, um tempo de lutar e avançar.

Como afirmou Jerónimo de Sousa «é na conjugação da ação em todas as frentes que este Partido Comunista é imprescindível aos trabalhadores, ao povo e ao País e assim vai continuar a ser e agir».

Ainda no uso da palavra, o Sr. Deputado Municipal Manuel Carvoeiro, apresentou as seguintes questões:

“Sr. Presidente da Câmara,

- 1. Há escolas no concelho de Esposende, umas de gestão do município, outras do poder central, que, nos telhados e passadiços, continuam com coberturas de materiais com amianto. Excecionando a pequena intervenção, da responsabilidade do Ministério da*

- Educação e Ciência, feita há poucos meses na Escola Secundária Henrique Medina, tudo o mais continua na mesma. Assim, pergunto: que medidas adotou ou tenciona adotar a Câmara Municipal tendentes a resolver este problema?*
- 2. Com a adoção de políticas de eficiência energética há sempre redução dos encargos financeiros com o consumo de energia. Neste quadro, pergunto: em resultado destas poupanças, a Câmara Municipal equaciona instalar iluminação pública no passadiço da frente ribeirinha de Fão – entre o caminho do Martinho e o Cais do Caldeirão?*
 - 3. Há alguns meses aconteceu no salão nobre da Câmara Municipal uma cerimónia onde se celebrou um protocolo de colaboração entre o Município e a Universidade do Minho para a instalação nos terrenos da antiga Estação Rádio Naval de Apúlia do Instituto Multidisciplinar de Ciência e Tecnologia Marinha (IMCTM) e do Centro de Divulgação Científica de Atividades Marinhas (CDCAM), no Forte de S. João Baptista, neste último, contando também com a parceria de outras entidades locais, como é o caso do Fórum Esposendense. Como sabe, no momento da celebração do mencionado protocolo, fiz uma intervenção, tendo colocado algumas questões e saudado o projeto em causa. De resto, foi a única intervenção do público presente. Como vê, Sr. Presidente, estou expectante e atento ao desenrolar deste assunto. No entanto, volvidos alguns meses não temos notícias. Assim, pretendo saber qual o ponto da situação sobre este dossiê, nomeadamente, em que pontos se encontram as negociações com o Ministério da Defesa com vista à aquisição dos terrenos da Estação Radionaval de Apúlia e à concessão do Forte S. João Baptista. Pode crer, Sr. Presidente da Câmara, que tenho como lema orientador da minha ação o ditado popular “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Por isso, pode ficar ciente que, tal como tenho feito relativamente aos moinhos da Abelheira, também sobre estes projetos o vou questionar até ao esclarecimento cabal sobre a matéria. Fica avisado que não me esquecerei deste assunto.*
 - 4. E o saneamento nas Pedreiras? Para quando esta obra tão importante para a qualidade de vida das gentes que vivem nesta zona da vila de Fão?*
 - 5. A Câmara anunciou a intenção de instalar sistemas de videovigilância em alguns equipamentos municipais, no sentido de prevenir e evitar atos de vandalismo e furtos. Pergunto: onde serão instalados esses sistemas? Se já existem outros sistemas de videovigilância e, em caso afirmativo, em que instalações/edifícios e se foram pedidos pareceres à Comissão Nacional de Proteção de Dados?”*

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foram ultrapassados os 30 minutos do período de antes da ordem do dia, e pediu autorização para prorrogar esse período por mais 30 minutos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA POR MAIS 30 MINUTOS.-----

Usou da palavra a Sr.^a Deputada Municipal Anabela Solinho, do Grupo Político do PS, que solicitou os seguintes esclarecimentos:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal*



*Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

O Município apresentou o CREATTE - Crescimento Arte Teatral de Esposende como um projeto promissor junto da comunidade educativa e do público em geral, mas que responsabilidade o atual executivo atribui a este projeto?

O FESTIAMA TEATRO propõe-se dar a conhecer o trabalho dos grupos teatrais locais, resultado do valor que o executivo municipal dá às artes. Assim, porque não foram divulgados os espetáculos na comunicação social? Não há interesse? Não há responsabilidade?

No dia 27, a GATA – Grupo Teatro Amador de Fão, apresentou a representação “A Donzela Guerreira”, de António Torrado, espetáculo com assinalável sucesso, mas sem qualquer divulgação por parte da Câmara.

Fão, foi a freguesia que fez a estreia do FESTIAMA TEATRO, mas nem por isso o executivo esteve presente. O mesmo não acontecendo com a peça exibida em Fonte Boa, que para além de ter representação do executivo, também beneficiou da oferta do ar condicionado.

Em segundo, questionar por que razão este executivo não se mostrou preocupado com a questão do Serviço de Urgência de Barcelos que tanto vem penalizar os nossos gentes? Por que razão ainda não tomou este executivo uma posição em relação a este assunto?

A Cruz Vermelha de Esposende solicitou apoio à Câmara Municipal para que procedesse à pintura das suas instalações. Até ao momento não recebeu qualquer resposta aos emails e ofícios remetidos! Está assim tão demorado o atendimento ao público e instituições?”

De seguida interveio o Sr. Deputado Municipal Luis Peixoto do Grupo Político do PS e Presidente da União de Freguesias de Apúlia e Fão que deu conta da proposta por si apresentada no Congresso da ANAFRE, que decorreu nos passados dias 5 e 6 do mês em curso, nos Açores. A proposta, em síntese, referia que:

“1. Identificação oficial dos membros do Executivo e da Assembleia – Muitas das nossas atribuições e competências como órgãos do Poder Local relacionam-se com acções de Apoio Social, Protecção Civil, entre outras em que a identificação do cargo público que ocupamos necessita de ser oficialmente comprovado. Somos conhecidos e reconhecida na nossa freguesia, mas perante uma Força de Segurança, um Tribunal, um Porteiro de Hospital pode não bastar esse reconhecimento público. Como justificamos quem somos? Temos que nos fazer acompanhar por cópia de acta da tomada de posse?

2. Recuperação do IVA pago nas actividades - A grande maioria das Juntas de Freguesia sofre de constrangimentos financeiros fortes. Diariamente temos de fazer contas à vida para conseguirmos cumprir com as nossas obrigações. Não minimizamos esforços para garantir o bem-estar das populações que servimos. Desenvolvemos e organizamos actividades Culturais, Desportivas, Turísticas a fim de promovermos os valores da nossa freguesia. Muitos desse eventos, pelo prestígio e qualidade alcançados ano após ano, ultrapassam em muito os limites

da nossa freguesia, do nosso concelho e alguns até mesmo os limites do próprio país. Desenvolvemos eventos que são geradores de riqueza local, movimentando uma série de actividades económicas no meio em que estão inseridas. São eventos com orçamentos razoáveis, cujos investimentos são integralmente suportados pela Junta de Freguesia, pelos quais pagamos a fornecedores de bens e serviços o IVA a 23%.

3. Subsídio para Gasóleo – As freguesias que possuem na sua frota Tratores e Máquinas Retro sofrem de gastos elevadíssimos no combustível destas máquinas. A necessária limpeza e nivelamento de caminhos, a remoção de areias, o levantamento semanal de trastes e electrodomésticos quase porta-a-porta, o corte de vegetação invasora em caminhos rurais obrigam-nos à movimentação de tratores e Máquinas Retro fortes consumidoras de gasóleo.

4. Financiamento do Serviço Nacional de Saúde – No passado dia 16 de Outubro, aquando do recebimento da última tranche de 2015 do F.F.F., fomos surpreendidos com abatimentos ao valor devido. Alguns de nós viram o seu valor abatido em dezenas de milhares de euros. Nesse dia andamos todos muito intrigados sobre o que se estaria a passar. Conseguimos saber mais tarde que o dito abatimento se reportava a uma necessidade de cumprimento do art. 154.º da Lei 82- B/20144 de 31 de Dezembro, por outras palavras o Orçamento do Estado para 2015! Uma vez mais as finanças das autarquias locais foram atacadas pelo Governo Central. Temos que suportar, por capitação os custos directos, os encargos dos funcionários ao serviço das autarquias, no Serviço Nacional de Saúde! Por valores aproximados podemos estar a falar de mais de 6 milhões de euros que o Governo Central vem buscar à lei da força às já depauperadas Juntas de Freguesias! São milhões que fazem muita falta às Juntas de Freguesia. Por que temos que pagar mais este camuflado imposto quando já pagamos mensalmente os devidos impostos dos funcionários que temos a nosso cargo?

5. RATA – Reorganização Administrativa Territorial Autárquica – Passaram dois anos desde que o Governo Central resolveu forçar e impor uma reorganização administrativa territorial às Freguesias. É mais que tempo de refletirmos sobre as vantagens – se é que existiram – e desvantagens que este processo trouxe para a Organização das nossas Freguesias.”

Ainda no uso da palavra o Sr. Deputado Municipal Luís Peixoto, apresentou o seguinte voto de pesar:

“No dia 29 de novembro de 2015, faleceu Maria Josefina de Sousa Felgueiras Alves, tia do Eng.º João Felgueiras, deputado Municipal do grupo político do PS. Assim, propomos que nesta Assembleia Municipal seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento, apresentando condolências à sua família.”

Seguidamente usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Artur Viana do Grupo Político do CDS, com a intervenção que se transcreve:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara

Senhores e Senhoras Vereadoras

Senhores e Senhoras Deputados Municipais e público presente

Portugal vive hoje uma situação política completamente nova e experimental. Volvidos 40 anos sobre o 25 de Novembro de 1975,



Portugal volta a confrontar-se com um momento que a história se ade encarregar de estudar criteriosamente.

O dia 25 de Novembro de 2015 será recordado como o último dia do XX Governo Constitucional, o Governo constitucional mais curto da história da Democracia Portuguesa.

Composto pela Coligação pré-eleitoral dos dois partidos mais votados, PSD e CDS, coligação claramente vencedora nas urnas, a quem os eleitores escolheram para governar Portugal, mas a quem a oposição de minorias derrotadas, agindo concertadamente após o dia do apuramento dos resultados eleitorais, boicotou a capacidade e a legítima expectativa de governar.

As minorias derrotadas nas urnas concertaram um assalto ao poder subversivo da vontade do povo.

Amigos são novos tempos!!! São tempos Novos!!!

Tempos em que o valor da palavra, do compromisso, da verticalidade, da liberdade religiosa e dos direitos humanos mais elementares são negados a cada minuto. Vejam-se as catástrofes humanitárias que marcam a nossa triste e miserável atualidade.

Também, por cá, a ganância do poder pelo poder, põe em causa a credibilidade internacional alcançada, o respeito dos mercados internacionais e a revalidação de Portugal como um bom país para o investimento estrangeiro.

Por coincidência faz 40 anos que as forças de esquerda radical tentaram tomar o poder pela força mas o Tenente Coronel Ramalho Eanes com um grupo operacional de militares, por si chefiado conseguiu fracassar a revolta.

O golpe de 25 de Novembro de 1975 foi uma tentativa de golpe militar conduzido pelas forças políticas consideradas como radicais, cujo fracasso resultou no fim da influência que estas exerciam sobre o país, permitindo que se instaurasse em Portugal uma democracia pluralista, política e constitucionalmente baseada num regime semipresidencialista, e economicamente baseada numa economia de mercado.

Após o Verão Quente desse ano, civis e militares começaram a contar espingardas para um possível confronto armado e na madrugada de 25 de Novembro de 1975, tropas paraquedistas ocupam diversas bases aéreas, na expectativa de receber apoio do COPCON.

por Ramalho Eanes, conseguiu fracassar a revolta, substituindo o PREC, acrónimo para Processo Revolucionário em Curso, pelo Processo Constitucional em Curso

Tristemente hoje num cenário revivido não tínhamos o General Eanes à frente dos comandos da situação política nacional.

Pois há 40 anos tratou-se de uma tentativa de golpe militar sem revanchismo e assegurando o essencial da representação política e ideológica da sociedade portuguesa.

Parafraseando Nuno Magalhães Presidente do Grupo Parlamentar do CDS na Assembleia da Republica, diria que: "Faço parte de uma geração que não foi artífice ou testemunha desta data, mas somos dela, como somos do 25 de Abril, irredutíveis beneficiários."

E se a memória faz parte do caminho, a memória do 25 de novembro faz parte do nosso caminho.

Foi esse dia que evitou uma ditadura militar e uma Guerra civil.

Foi esse dia que permitiu que a liberdade adquirida no 25 de Abril se consolidasse, institucionalmente, numa democracia liberal parlamentar.

Foi o 25 de novembro que garantiu uma democracia institucional em Portugal.

Sem ele, não teríamos tido governos constitucionais, não teríamos aderido à comunidade europeia, teríamos sido excluídos da Aliança Atlântica.

Até porque – convém não esquecer – o 25 de novembro foi plural, sem revanchismo e assegurando o essencial da representação política e ideológica da sociedade portuguesa.

Na verdade os que queriam ilegalizar os partidos democráticos não acabaram eles próprios ilegalizados. E isto porque, ao contrário de tantas interpretações caricaturais do 25 de novembro, o 25 de novembro:

- não foi feito pelos civis contra os militares;*
- ou pela direita contra a esquerda;*
- o 25 de novembro foi feito por moderados contra os radicais.*

Dos moderados de todos os partidos contra os radicais de todos os partidos."

Resta-me em nome da história e da nossa identidade agradecer aos militares que fizeram o 25 de novembro.

E terminar desejando que Portugal e os portugueses não saiam destroçados desta estratégia das esquerdas minoritárias concertadas e com a gestão dos destinos de Portugal."

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Manuel Carvoeiro do Grupo Político do PCP, para referir que:

"Com a amizade e com o total e sincero respeito democrático que merece o Sr. Deputado Artur Viana, não posso deixar de dizer que a intervenção que acabou de proferir contém um conjunto de afirmações sem sustentação na realidade histórica. Sr. Deputado do CDS-PP Artur Viana, o 25 de novembro de 1975 não foi um golpe promovido pelo PCP, pela Esquerda militar, mas sim um golpe militar contrarrevolucionário, fruto de uma cuidada e longa preparação das forças e partidos de direito, herdeiros da ditadura fascista que, durante 48 anos, se abateu sobre o nosso país e o nosso povo. Pretende o Sr. Deputado demonizar os comunistas, apresentando-os como alguém que queria impor uma ditadura em Portugal. Nada mais falso. O 25 de novembro de 1975 foi mais um golpe da Direita com o objetivo de



aniquilar definitivamente a revolução de Abril e desencadear uma fortíssima onda repressiva sobre o PCP e outras forças democráticas. Foi um Golpe da direita, apoiado, então, por Mário Soares, associado ao Spínola e aos seus grupos terroristas como o ELP e o MDLP. Sr. Deputado, estude a história, procure, investigue, seja rigoroso quando aborda estas matérias. Abordar factos históricos exige rigor, de resto temos aqui na Assembleia Municipal um historiador que sabe muito bem que assim deve ser. É que falar de factos históricos sem o rigor e a isenção necessárias, significa deturpar a realidade, impregnando-a de falsidades. Pretende o Sr. Deputado fazer crer que o 25 de novembro de 1975 foi um golpe dos comunistas para assaltarem o Poder, estabelecendo o Sr. Deputado um paralelo com a atual situação política, ao tentar afirmar, no fundo que, agora, como naquela data, os comunistas, mais uma vez, assaltaram o poder. Nada mais falso! Lembro ao Sr. Deputado que os comunistas foram os principais combatentes contra o fascismo, resistiram sempre, nos seus postos de luta e combate. Nunca desistiram. Sofreram e morreram nas prisões fascistas na luta em defesa da democracia e da liberdade. Como pode vir agora afirmar que os comunistas tentaram assaltar o poder. Se consultar os documentos do PCP não encontra uma palavra, uma frase, um texto onde apareça essa vontade de tomar o poder. O PCP sempre defendeu, e continua a fazê-lo, a democracia, a liberdade, os valores da Revolução de Abril. E quanto à situação política atual, não se trata de qualquer assalto ao poder. A solução governativa, em que o PS formou governo, irá apresentar o seu programa e, se aprovado, passará a governar, é uma solução da democracia, da Constituição da República Portuguesa. Portanto, não se trata, como referiu, de um assalto ao poder, mas sim da democracia a funcionar em pleno. De resto, pergunto-lhe se em vários países, como na Noruega e, mesmo em países da União Europeia (exemplo: Bélgica, Luxemburgo e Dinamarca), em que os primeiros-ministros pertencem a partidos que foram a 3.ª e 5.ª forças nas eleições, pergunto-lhe se, nos casos referidos, estamos perante assaltos ao poder, se estamos perante perigosos comunistas. Aprendam Srs. deputados do PSD e do CDS a respeitar as regras da democracia."

O Grupo Político do Partido Socialista pediu a interrupção dos trabalhos por 2 minutos, para análise dos assuntos. Tendo o Sr. Presidente da mesa concedido essa interrupção.-----

De seguida usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal tendo colocado à votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, tendo-se obtido as seguintes votações:

1. VOTO DE PESAR E CONDENAÇÃO PELOS ATENTADOS TERRORISTAS OCORRIDOS NO DIA 13 DE NOVEMBRO EM PARIS-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O VOTO DE CONDENAÇÃO E REPÚDIO PELOS ATENTADOS TERRORISTAS QUE OCORRERAM NO DIA 13 DE NOVEMBRO DESTE ANO EM PARIS, APRESENTANDO AOS FAMILIARES DAS VÍTIMAS OS SEUS SENTIDOS VOTOS DE PESAR.-----

2. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO REVERENDÍSSIMO PADRE MANUEL DA COSTA AMORIM.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO REVERENDÍSSIMO PADRE MANUEL DA

COSTA AMORIM, CONTRA-ALMIRANTE E CAPELÃO DAS FORÇAS ARMADAS. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. --

3. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA JOSEFINA DE SOUSA FELGUEIRAS ALVES. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, DO MEMBRO JOÃO EDUARDO PINTO FELGUEIRAS, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA JOSEFINA DE SOUSA FELGUEIRAS ALVES. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS, À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

4. RECOMENDAÇÃO AO GOVERNO SOBRE A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE 2013. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DE 20 VOTOS A FAVOR, COM 8 VOTOS CONTRA, DOS MEMBROS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA, DO MEMBRO ELEITO PELO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GEMESSES, ACEITAR RECOMENDAR AO GOVERNO QUE A MATÉRIA REFERENTE À REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA LEVADA A CABO EM 2013 VOLTE À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA QUE A MESMA SE POSSA PRONUNCIAR E TER VOZ ACTIVA SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SEU TERRITÓRIO, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA. -----

O Sr. Deputado Municipal Luis Peixoto apresentou a seguinte declaração de voto: *"Voto contra porque a matéria em causa faz parte do atual programa do Governo."*

5. RECOMENDAÇÃO SOBRE O DESPACHO N.º 13427/2015 DE 20 DE NOVEMBRO DO MINISTRO DA SAÚDE. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DE 27 VOTOS A FAVOR E 1 VOTO CONTRA, DO MEMBRO ELEITO PELO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, ACEITAR MANDATAR O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA PARA QUE DILIGENCIE JUNTO DO GOVERNO, PELA REVOGAÇÃO DO DESPACHO N.º 13427/2015, DE 20 DE NOVEMBRO, POR FORMA A GARANTIR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE A PRESTAR À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS PRECISOS TERMOS DA RECOMENDAÇÃO QUE FOI APRESENTADA. -----

6. RECOMENDAÇÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS JUDICIAIS. -----



A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DE 21 VOTOS A FAVOR COM 7 VOTOS CONTRA, DOS MEMBROS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA PORTUGUÊS, PELO MEMBRO ELEITO PELO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS E PELO PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, ACEITAR MANDATAR O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA PARA QUE DILIGENCIE JUNTO DO GOVERNO, PELA ALTERAÇÃO DO DECRETO – LEI N.º 49/2014, DE 27 DE MARÇO, RELATIVO À ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS JUDICIAIS, DEVOLVENDO AO TRIBUNAL DE ESPOSENDE AS COMPETÊNCIAS QUE LHE FORAM RETIRADAS, NOS PRECISOS TERMOS DA RECOMENDAÇÃO QUE FOI APRESENTADA.-----

O Sr. Deputado Municipal Luis Peixoto apresentou a seguinte declaração de voto: *“O partido Socialista vota contra porque não pode servir de plataforma para retificar o que o anterior Governo fez de mal, no devido tempo o atual Governo atuará.”*

Pelo Sr. Deputado Municipal Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, foi apresentada a seguinte declaração de voto:

“O PSD ao apresentar as três recomendações nesta Assembleia acaba por protagonizar um exercício da mais pura hipocrisia política. Para o PSD não há limites para a demagogia e para a hipocrisia política. Tantas e tantas vezes o PSD, aqui, nesta Assembleia, apoiou o Governo de direita. Tantas foram, aqui, nesta casa da democracia, as declarações e manifestações de apoio às políticas desastrosas e criminosas do Governo PSD/CDS, políticas essas com um forte impacto negativo no nosso concelho. É que foi precisamente o Governo PSD/CDS que desferiu os maiores ataques ao Poder Local, inserindo-se a extinção e agregação de freguesias no contexto desses ataques. Foi o Governo PSD/CDS que atacou, como nunca se tinha visto, os serviços essenciais do Estado, desde logo, os serviços de saúde e, mesmo o acesso, constitucionalmente consagrado, dos cidadãos à justiça. E quando, aqui, o PCP, apresentou moções/recomendações ou protestos a condenar tais políticas, sempre, mas sempre, o PSD votou contra, louvando a ação desastrosa do Governo PSD/CDS. Vem agora o PSD, nesta Assembleia Municipal, só porque o Governo é outro, reclamar aquilo que nunca exigiram durante a vigência do anterior Governo PSD/CDS. TANTA HIPÓCRISIA!”

O conteúdo das recomendações em referência não corresponde ao genuíno sentir do PSD.

Assim, tendo em atenção tudo quanto acabei de dizer, votei contra as três recomendações apresentadas pelo Grupo Político do PSD.”

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que: *“Relativamente à informação escrita nada tenho a dizer, a mesma é bastante exaustiva, e de alguma forma reproduz toda a atividade do município desde a última Assembleia Municipal.”*

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Peixoto, do grupo político do PS que apresentou o seguinte pedido de esclarecimento:

“A instalação da rede de iluminação pública de tecnologia LED no concelho de Esposende

permitiu a poupança nos consumos energéticos na ordem dos 55%, e uma vez que as freguesias tiveram que reduzir os consumos, tendo sido aconselhadas a reduzir em 30%, ou seja em cada 3 postes tivemos que apagar 1. Atendendo à poupança verificada com as lâmpadas LED, e indo de encontro aos anseios da população proponho ao Senhor Presidente da Câmara que avançasse com a iluminação total daquilo que foi anteriormente apagado.”

Não havendo mais nenhum pedido no seguimento da informação escrita, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo referido que:

*“Senhor Presidente
Senhores Deputados*

Dando resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Apúlia e Fão, importa reter que esta candidatura CIM do Cávado não abrange a totalidade da iluminaria do concelho, se fosse na totalidade, aí sim permitiria avançar para o que o Sr. Deputado Municipal propõe, a candidatura abrange uma pequena parte da iluminaria do Concelho, no entanto corresponde a um investimento que rondará os 384 mil euros. Aliás tive o cuidado de ler as vossas propostas para o Orçamento, e esta proposta, a que acabou agora de referir, está exactamente igual ao proposto pelo PS, pelo que se não foi contemplado no orçamento, foi por que não temos possibilidade. Relembrando que temos um acordo em que temos que devolver anualmente uma percentagem do valor que temos que poupar. Uma parte da poupança efetiva é entregue para um fundo que permitirá o investimento em novos projetos. De qualquer maneira tomo em boa conta esta proposta. Não mandamos desligar a iluminação pública porque é vontade do município apagar as luzes, estas medidas foram necessárias, nomeadamente pelo aumento do IVA que passou de 6% para 23%, tendo que haver ajustes para não comprometer o equilíbrio e a sustentabilidade financeira do município.

Felicitar o Dr. Penteado Neiva, não só por hoje ser dia do seu aniversário, mas porque hoje fez uma das suas melhores intervenções, tanto na intervenção política nacional como da política local.

Respondendo às questões colocadas pelo deputado municipal Manuel Carvoeiro, devo dizer o seguinte:

Ver uma derrota quando fomos o partido com maior número de deputados eleitos individualmente, é uma forma de ver as coisas e esta é a forma comunista. Repare que essas minorias sempre foram suficientes para governar o país, enquanto houve ética na política em Portugal, quando se perdeu essa ética aconteceu o que aconteceu. O PSD viabilizou três governos do Partido Socialista em minoria e nunca isso foi um entrave à governação, ou um entrave para se eleger o Presidente da Assembleia da República. A primeira vítima de António Costa foi o colega do partido, Dr. António José Seguro, ninguém tem dúvidas sobre isso, as vítimas seguintes foram os Portugueses e a coligação, mas a próxima vítima será o Partido Comunista, que de resto é uma muleta do PS, porque não faz parte verdadeiramente do corpo, mas logo logo será descartado, porque o PS vai fazer de tudo para ganhar eleições sozinho, pode escrever isso, a partir do momento em que temos esta política demagógica de dar tudo a todos, porque as pessoas, infelizmente têm as suas necessidades e rapidamente mudam a sua intenção de voto para compensar as suas necessidades, mas quando as coisas estiverem bem para a esquerda portuguesa, e por esquerda digo Partido Socialista, o Partido Comunista será rapidamente descartado, porque António Costa, rapidamente provocará eleições para ficar

sozinho no poder, não tenha dúvidas sobre isto.

Este é verdadeiramente o governo que nasce com um pecado original, porque não nasceu, não cresceu fruto de uma manifestação democrática dos portugueses, e quando surge no poder tem a mácula criada pela forma como atinge o poder, por isso é o primeiro governo da história portuguesa, que ficará na história pela pior das razões, o que é muito mau para os portugueses.

Relativamente à questão das escolas, foi feito o levantamento de todas as escolas que continham coberturas em fibrocimento e consequentemente tinham amianto, no âmbito da CIM, suponho que havia um plano a nível nacional da substituição, até porque estas escolas não estão sob a competência do município, mas sim do Ministério da Educação, a substituição não foi feita e por conseguinte continuam a ter coberturas em fibrocimento. No entanto, e já aqui o referi várias vezes, têm sido efetuadas análises em circunstâncias diversas e as quantidades que apresentam não são perigosas.

Foi feita a substituição da cobertura da Escola de Fonte Boa, não por esse motivo, mas porque apresentava infiltrações de água e então aplicou-se o painel sandwich melhorando as condições térmicas do edifício.

Quanto à questão da instalação da iluminação na marginal de Fão, tal como já foi referido, não fazia parte do projeto inicial não é uma questão prioritária. Neste momento não existem fundos comunitários para esta matéria, no futuro e se houver apoios comunitários, poder-se-á pensar nisso.

Quanto ao Forte de S. João, o processo está bem encaminhado, infelizmente com as mudanças governamentais que agora surgiram, o processo dará lugar a nova ronda com os atuais responsáveis, dizer-lhes que, por uma questão de oito dias, tínhamos previsto a passagem do Forte de S. João para a esfera do município, isso acabou por não acontecer porque houve orientações do Dr. Pedro Passos Coelho para que os Secretários de Estado e Ministros não se envolvessem em cerimónias públicas, e uma vez que estavam em pré-campanha, ele não quis que isso acontecesse naquele momento, o processo está completamente pronto, está na Direcção Geral de Tesouro e Finanças, precisava apenas de uma validação para transformar o volume de investimento que nós comunicamos em anos de concessão do equipamento. Aguardou-se pela instalação do novo governo, agora é aguardar que se restabeleçam e continue o processo, não quero acreditar que venhamos a ser vítimas de ostracismo por parte do Governo só porque somos de uma cor política diferente.

Relativamente à Estação Radionaval, ainda estamos a negociar os termos da transferência, pois que a Marinha pretende manter uma das antenas e não abdica de uma parte do terreno. Para podermos avançar com o projeto há a necessidade de efetuar o destaque de uma parcela para salvaguarda dos equipamentos, estamos a estudar a melhor forma para concretizar o projeto. Aguardamos que os novos governantes permitam passar à concretização desse negócio.

Quanto ao saneamento nas Pedreiras, já aqui muito se falou sobre este assunto. Já aqui disse que a colocação do saneamento naquele local não é um processo fácil, apesar de haver muitas habitações, parte das infraestruturas prediais encontram-se nas traseiras das edificações. Logo a ligação implica ter que passar pelo interior das habitações e daquilo que sabemos nem todas as pessoas estão dispostas a ligar o saneamento. Se houver financiamento, e sabemos que o financiamento para estas situações é muito difícil e havendo a vontade, isto é se me trouxerem um pedido assinado por todos os moradores a dizer que ligam o saneamento, poder-se-á executar a obra. E é preciso saber se as pessoas tendo o saneamento estão

dispostas a ligar e a pagar, pois temos redes no Concelho que têm uma ligação de 20%, ou seja não são rentáveis, e o dinheiro do município não é para ser gasto desta forma, embora seja uma zona que nos interessa.

Quanto aos equipamentos de videovigilância, quando esse assunto foi colocado, foi tendo em conta os atos de vandalismos que se verificam na Caravela, como pegar fogo, fazer grafittis, foi nessa óptica que a questão foi colocada, mas claro que as entidades responsáveis serão contactadas. O único sítio que me recordo de ter câmara é na garagem do edifício da câmara. O interesse da colocação das câmaras de vigilância é a defesa dos equipamentos e edifícios públicos.

Sr. Deputado Manuel Carvoeiro, tenho aqui uma nota sobre o 25 de novembro, falou da Constituição, é que o Partido Comunista nunca votou favoravelmente essas alterações à Constituição, estava a acusar o CDS, mas o Partido Comunista não votou favoravelmente a revisão da Constituição de 82. O Sr. defende uma Constituição, mas no momento de a votar rejeitou-a, a que não servia em 82, serve perfeitamente agora para chegarem ao poder, agora já serve, na altura não servia.

Respondendo à Sr.ª Deputada Anabela Solinho, acho muito bem que se fale de política local, no entanto as questões que colocou só me fazem ficar satisfeito pelo trabalho desenvolvido ao longo destes dois anos. Quanto ao CREA-TE, criticar um projecto que foi da nossa criação, nunca houve num passado recente, um projecto deste cariz, conseguimos contratar um dos melhores técnicos que existia na zona, para podermos levar este projecto junto das freguesias, não deixa de ser curioso a sua crítica. Quanto à divulgação das actividades, nós produzimos a notas de imprensa, mas não controlamos a imprensa, não podemos impor aos órgãos de comunicação social a divulgação de todas as nossas notas de imprensa, não podemos responsabilizar a câmara pela não divulgação das notas de imprensa, temos todo o interesse que elas sejam sempre divulgadas. A ideia de que foi colocado um ar condicionado em Fonte Boa apenas por causa do teatro, essa é mesmo peregrina, porque obviamente que era uma necessidade que existia naquele edifício desde a sua construção, não teve absolutamente nada a ver com aquele evento em concreto.

Quanto à questão do Hospital de Barcelos, a reunião de câmara foi a 19 e o despacho do Sr. Ministro é do dia 20, e eu como não tenho o hábito de andar aí nos jornais, para ser o primeiro, como não sou esse tipo de pessoas, gosto de esperar para discutir o assunto nos órgãos certos, ou seja na próxima reunião de câmara, o executivo municipal, no seu todo, há-de manifestar-se da mesma forma que o PSD, aqui hoje, se manifestou.

Quanto à Cruz Vermelha, infelizmente não podemos dar resposta em tempo útil a todas as solicitações, nada temos contra a Instituição.

Do Sr. Deputado Luís Peixoto, não sei por onde começar, a primeira palavra que tomei nota quando estava a falar foi demagogia. Eu acho que se houve um partido que teve coragem, porque, repare, é muito fácil nós estarmos contra quando é um partido da oposição, quando não é o nosso partido, o que o PSD fez aqui, durante o tempo todo em que o PDS foi Governo a nível nacional, foi um ato de enorme coragem, porque conseguimos estar contra, mas abertamente, contra as posições do próprio partido. Nós defendemos, aqui, muitas vezes o PSD, é verdade, mas naquilo que fez bem, naquilo que entendemos não estar bem criticamos, nós estivemos sempre ao seu lado Sr. Presidente, lamento que na altura pensasse que estaríamos a fingir para agradar não sei a quem, mas não foi um fingimento, nós sempre repudiamos e não concordámos com a Reforma Territorial Autárquica. Não concordamos porque ela não nos trazia nada de bom, de nenhum ponto de vista. Da mesma forma que não

estamos a fingir agora, se nós votamos por unanimidade, aqui nesta Assembleia, uma recomendação contra o nosso Partido, porque não concordávamos com a Reforma, lamento que, agora, não tenham a coragem, quando é o vosso partido de manterem a mesma posição. Da mesma maneira que estivemos contra a reforma dos tribunais, lamento que tenha interpretado de outra forma, houve sempre coerência por parte do PSD, é claro que se a Recomendação fosse votada por unanimidade teria muito mais peso.

Como sabe, houve muitos Concelhos do Partido Socialista que apresentaram mapas da divisão territorial, nós nunca apresentamos mapa algum, se houve foi falcatrú, pois sempre estivemos contra, o PSD local nunca apresentou proposta para a divisão administrativa.

Da parte do Deputado Artur Viana, não havia qualquer questão implícita, no entanto, consegui, hoje, constatar que houve dois 25 de novembro, um para a direita e outro para a esquerda, e eu identifico-me muito mais com o da direita."

A Sr.^a Deputada Anabela Solinho pediu a palavra para defesa da honra, o Sr. Presidente da Mesa, referiu que no seu entender e no da mesa, não houve qualquer ofensa à honra da Sr.^a Deputada, no entanto concedeu-lhe dois minutos para apresentar a sua intervenção.

A Sr.^a Deputada referiu que não criticaram o projecto *CREARTE*, como Sr. Presidente referiu, pelo contrário, reconhecem que o mesmo é promissor.

O que está aqui em causa é a divulgação tardia dos espectáculos na comunicação social. Tendo questionado novamente sobre o porquê.

O Sr. Presidente da mesa deu a palavra ao Sr. Presidente de Câmara, para dar resposta à Sr.^a Deputada Municipal Anabela Solinho.

Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi dito que: *"Se de cada vez que houver uma discordância, houver uma defesa da honra, não saímos daqui. Não foi nada disso que aconteceu. A Sr. Deputada tem a sua discordância eu tenho a minha e tento esclarecer da melhor forma possível. Nós não temos de estar em todos os eventos públicos, nós temos centenas de atos públicos durante o ano, fazemos um esforço enorme, para estar em todo o lado. Mas pelo facto de não estarmos, não quer dizer que não respeitamos os atos, temos o maior respeito por todos os acontecimentos. O projecto é nosso, somos os primeiros a querer o seu sucesso, é um projecto com alavanca financeira, o que é muito importante, tem dos melhores ensaiadores do Norte, o que estamos a falar é de não termos assistido a uma ou outra peça, por amor de Deus, isso é completamente irrelevante."*

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fão e Apúlia, pediu a palavra para referir que: *"Apenas pretende esclarecer que quando falei do imposto que foi aplicado às Juntas de Freguesia para beneficiar a Segurança Social, foi mais no sentido de impulsionar os meus colegas Presidentes de Junta e não para criticar qualquer criação de imposto."*

Pelo Sr. Presidente da mesa foi declarado encerrado o período de antes da ordem do dia.

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

02.01. – APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE SETEMBRO – PARA

CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia oito de outubro de 2015, foi presente na sessão, para conhecimento, Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de setembro, nos termos do artigo 13º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.02. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE OUTUBRO – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia cinco de novembro de 2015, foi presente na sessão, para conhecimento, Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de outubro, nos termos do artigo 13º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.03. APOIOS À JUNTA DE FREGUESIA DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

De harmonia com as deliberações da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia dezanove de novembro de 2015, foi presente na sessão, para conhecimento, os Apoios à União de freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra, nos termos do artigo 13º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.04. APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE GEMESES – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia vinte e nove de outubro de 2015, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta da Freguesia de Gemeses, nos termos do artigo 13º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.05. - INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL DA EAMB – ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA O ANO DE 2016, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO. PARA CONHECIMENTO-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia vinte e nove de outubro de 2015, foi presente na sessão, para conhecimento os Instrumentos de Gestão previsional da EAMB- Esposende Ambiente, E.M. para o ano de 2016, nos termos do artigo 42º da Lei 50/2012, de 31 de agosto -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.06. - INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL DA ESPOSENDE 2000- ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M. PARA O ANO DE 2016, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO. PARA CONHECIMENTO-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia dezanove de novembro de 2015, foi presente na sessão, para conhecimento os Instrumentos de Gestão previsional da Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, E.M. para o ano de 2016, nos termos do artigo 42º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.-----

Pelo Sr. Deputado Orlando Rua, foi feito um pedido de esclarecimento que se passa a transcrever:

“Senhor Presidente da Câmara Municipal,

O Plano de Investimentos da Esposende 2000 prevê para 2016 um investimento de 63.000 euros, desdobrando-se o mesmo em 59.600 euros em ativos fixos tangíveis e 3.400 euros em ativos intangíveis.

Ora, consultando o balanço previsional de 2016 esta variação patrimonial não se encontra devidamente expressa, mesmo considerando o efeito das depreciações.

Trata-se, portanto, de um lapso que urge corrigir”

O Sr. Presidente da mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que o mesmo esclarecesse o Sr. Deputado.

Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi dito que: *“Dado tratar-se de uma questão técnica e não política, aconselho o Sr. Deputado a apresentar o pedido de esclarecimento por escrito, para que o Conselho de Administração da Esposende 2000, possa prestar os esclarecimentos devidos.”*

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.07. – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2016: ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DO PESSOAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, de 12 de SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 29 de outubro de 2015, foram presentes na sessão a proposta para o ano de 2016 do Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal. Fica arquivada cópia dos mesmos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Pelo Sr. Presidente da mesa, foi aberto o período de discussão do presente assunto, tendo usado da palavra do Sr, Deputado Municipal Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, com a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente da Câmara Municipal, na mensagem de apresentação dos documentos previsionais para 2016 afirma que “Esposende apresenta-se, hoje, como um concelho singular, com políticas sólidas e estáveis para quem vive e trabalha e extremamente atrativo (...) para a fixação de empresas”. Mais refere que “estes últimos dois anos foram de intenso trabalho para colocar Esposende no lugar que merece” e que, em resultado deste trabalho, Esposende foi alvo de um “forte investimento por parte da Sociedade Polis Litoral Norte, bem como das Águas do Norte, a que se soma o investimento concretizado no próprio município”. E, repetindo frases feitas do passado, continua a falar em “desenvolvimento sustentado e equilibrado do concelho”, continua a falar em “desenvolvimento económico inequívoco”.

Este discurso do Sr. Presidente da Câmara cai por terra e não tem qualquer suporte nos factos. Vejamos: no auge da crise aprofundada pelas desastrosas políticas do Governo PSD e CDS-PP, os jovens e menos jovens, homens e mulheres do nosso concelho, partiram rumo a outras paragens, procurando lá fora as condições de vida que aqui deixaram de ter. Falo da emigração em massa que deixou desertas as freguesias do nosso concelho. Dirão que este foi um problema que afetou todo o país. Sem dúvida! Mas, em muitos concelhos, este impacto foi diminuto e noutros nem se verificou, tudo porque possuíam e possuem sólidas estruturas de desenvolvimento económico capazes de absorver a população ativa que neles reside.

Quanto aos investimentos efetuados em Esposende pela Sociedade Polis Litoral Norte, bem como das Águas do Norte, acuso esta Câmara PSD de, repetidamente, através de um discurso exaustivo e exagerado, propagandear obras da responsabilidade de outras entidades, como se fossem da sua iniciativa. Reitero que estas obras sempre seriam realizadas independentemente da força política responsável pelos destinos do nosso concelho. Estamos a falar de obras há muito tempo concebidas e planeadas, mesmo antes de este executivo camarário ter assumido funções. Mas sabemos as razões fundas, pelas quais o Sr. Presidente da Câmara continua a falar destas obras. É que, volvidos mais de dois anos desde as últimas eleições para as autarquias locais, não se vislumbra “toca de onde saia coelho”, isto é, este executivo municipal de maioria PSD, excepcionando as pequenas intervenções, aquilo a que podemos designar por pequenas intervenções, nenhuma obra de fundo realizou. E esta é a realidade nua e crua.

E esta é a triste realidade que nos preocupa. Preocupação que se adensa ainda mais, quando somos confrontados com os documentos previsionais para 2016. Feita a análise dos mesmos, desde logo, no que concerne às diversas áreas de intervenção, há o repisar de ideias apresentadas em documentos anteriores. Atentos ao plano de atividades municipais, assistimos, mais uma vez, à inscrição da significativa despesa de 122 mil euros para a elaboração de estudos planos e pareceres. Depois há referência a planos vagos e genéricos como a designada “Plataforma de Dinamização Económica” e o “Plano de Desenvolvimento Económico”. Trata-se, sem dúvida, de planos desgarrados de um pensamento estratégico que lhes confira conteúdo. Feita a análise do plano plurianual de investimentos e das grandes opções do plano, não se encontra uma única ideia, um único projeto que nos permita vislumbrar um rumo de desenvolvimento integrado e sustentado para o nosso concelho. Quase tudo aparece em jeito de decalque de ideias já vertidas em anteriores planos. Quanto ao desenvolvimento económico é feita uma referência à criação do “Centro de Negócios de Esposende” com uma dotação de 100,00 euros, o que indicia que este projeto não passa de uma entanguida intenção.

Estamos perante documentos previsionais que não contribuem para a modificação do modelo de desenvolvimento do nosso concelho, porque mantêm a mesma linha orientadora dos anteriores executivos. De resto, há um conjunto de promessas eleitorais, as mais arrojadas, nomeadamente, no plano do desenvolvimento económico, feitas pelo PSD, que não estão plasmadas nestes documentos. E como metade do mandato já se foi, o tempo que resta é escasso para que se cumpram tais promessas.

O PCP, no âmbito do estatuto da oposição, legalmente consagrado, formulou várias propostas para serem incluídas nos documentos aqui em discussão, a saber:

- ✓ *Criação, na cidade de Esposende, no âmbito da rede pública, de um jardim-de-infância, com a valência de serviço de apoio à família.*
- ✓ *Construção na EB2/3 das Marinhas de um passadiço coberto com ligação a uma zona exterior da Escola, onde do mesmo modo, deverá ser construída uma paragem/espço de embarque/desembarque de alunos, tudo para que estes fiquem protegidos da chuva e tenham o necessário conforto térmico nos dias de maior rigor climático.*
- ✓ *Elaboração, com a brevidade que o problema exige, de um levantamento relativo aos edifícios escolares sob tutela e geridos pelo Município (e.g. escolas do 1.º ciclo), cujas coberturas contêm amianto e encetar um plano urgente para a retirada e substituição desses materiais.*
- ✓ *Alargamento do período de funcionamento da Biblioteca Pública de Esposende Manuel Boaventura (BPEMB). Desta forma, e à semelhança do que já acontece em dezenas de bibliotecas do nosso país, merecendo particular referência o funcionamento das bibliotecas de concelhos limítrofes de Esposende (e.g. Póvoa Varzim e Viana do Castelo), propomos que a BPEMB passe a funcionar aos sábados (9:00h até às 19:00h) e, a partir do mês de junho, também aos domingos de manhã).*
- ✓ *Reforço da dotação orçamental para efetuar e renovar a assinatura de publicações (jornais e revistas) e aquisição de novos livros.*

- ✓ *Na perspectiva de aumentar o contacto com os livros e aprofundar, nas nossas gentes, o gosto pela leitura, a criação da Biblioteca Itinerante do Concelho de Esposende, direcionada para a população em geral e não circunscrita às escolas e à população infantil. No fundo, trata-se de recuperar a experiência nacional das bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian, tudo, claro, adaptado à realidade e à dimensão do nosso concelho.*
- ✓ *Conceção e implementação, nas zonas balneares sujeitas, nos meses de verão, a uma maior pressão e procura dos automobilistas, de parques de estacionamento. Em substituição ou cumulativamente com o funcionamento destes parques, será de criar, nas periferias das zonas balneares referidas, locais de estacionamento, tudo articulado com uma rede de transportes (privada ou de gestão pública municipal ou empresarial municipal) que permita a deslocação/transporte das pessoas às praias. Este é um grande problema que, ano após ano, se vem agravando. Importa, desde já, avançar com medidas tendentes a debelar este quadro difícil que complica, no Verão, a vida das gentes que cá residem todo o ano e daqueles que demandam o nosso concelho.*
- ✓ *Construção de sanitários públicos na zona turística de Ofir e na Praça do Farol – Foz do Cávado, infraestruturas que deverão funcionar durante todo o ano.*
- ✓ *Criação de hortas municipais. Esta medida permitirá: i) uma ocupação saudável dos tempos livres dos munícipes, ii) reduzir as despesas das famílias com a aquisição de produtos alimentares essenciais para uma alimentação equilibrada, iii) evitar a pressão e a ampliação desmedida de perímetros urbanísticos, iv) divulgar boas práticas em termos de agricultura biológica e na vertente da reciclagem de resíduos.*
- ✓ *Construção em Fão, nomeadamente na zona das Pedreiras (Rua Serpa Pinto, Rua das Pedreiras, Largo Águias Serpa Pinto e ruas adjacentes) de uma rede de águas pluviais, de forma a solucionar os habituais e graves problemas provocados pelas enxurradas nos dias de maior pluviosidade. Nas zonas referidas nunca foram construídas redes de drenagem de águas pluviais. Por isso, torna-se absolutamente necessária e urgente a construção destas infraestruturas. **(INTERVENÇÃO URGENTE)**.*
- ✓ *Conceção de um projeto de requalificação/renaturalização da zona do Bar do Fôjo, em Fão, contemplando a revitalização/recuperação do mencionado Bar, mantendo a sua feição arquitetónica original, tudo em parceria com as demais entidades públicas com jurisdição e competências de gestão territorial da zona em apreço.*
- ✓ *Colocação de iluminação pública em toda a marginal de Fão até ao cais do Caldeirão.*
- ✓ *Lançamento de um programa de requalificação e reabilitação das zonas históricas da cidade de Esposende e vila de Fão.*
- ✓ *Lançamento da iniciativa “Noites do Fórum”. Seria uma iniciativa da Câmara Municipal, com regularidade semanal/quinzenal, sempre no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio. Todas as semanas/quinzenas, em jeito de tertúlia, colóquio, conferência, seria abordado um tema.*

Excecionando a ténue referência às hortas urbanas, nenhuma outra proposta do PCP foi acolhida pelo Executivo Municipal. Estamos convictos da valia destas propostas para o desenvolvimento do nosso concelho. No entanto, este PSD, autista, prefere prosseguir, feliz e contente, os mesmos caminhos da habitual gestão rotineira, de olhos vendados para o futuro.

Atento tudo quanto venho a dizer, o PCP irá votar contra esta proposta.

Para terminar, coloco ao Sr. Presidente da Câmara as seguintes questões:

- Para quando o orçamento participativo (promessa eleitoral do PSD nas últimas eleições autárquicas)?*
- Nas grandes opções do plano vem referida a construção e requalificação de equipamentos educativos, designadamente na Escola Secundária Henrique Medina, com uma inscrição de 200 mil euros. Que intervenção, neste âmbito, está prevista para a mencionada Escola?*
- Volto a questionar o Sr. Presidente se recebeu ou não um abaixo-assinado subscrito pela totalidade ou quase totalidade dos moradores das Pedreiras, onde reclamam a construção da rede de saneamento básico na zona das Pedreiras – Fão? Pergunto ainda se a Câmara Municipal ou a empresa Esposende Ambiente fez algum questionário aos moradores das Pedreiras, perguntando-lhes se pretendem ou não o saneamento básico? É que, na sua primeira intervenção ficou a ideia de que, em resultado de um questionário, os moradores terão manifestado uma vontade diferente e expressa no dito abaixo – assinado. Gostaria de ver esta matéria esclarecida de forma cabal.*
- Na página 19 do caderno com os documentos previsionais – no capítulo ‘áreas de intervenção’ – leio: “continuaremos a dinamizar o conselho municipal de segurança, promovendo reuniões do mesmo sempre que se justifiquem”. Sr. Presidente da Câmara, quando vi isto não queria acreditar no que estava a ler. Esta afirmação é uma vergonha, direi mesmo, um escândalo. O Sr. Presidente, a Câmara Municipal estão vinculados ao cumprimento da lei. O funcionamento do Conselho Municipal de Segurança, enquanto órgão consultivo, está previsto em diploma legal próprio e no próprio regimento deste órgão. Não está na sua disponibilidade, nem da Câmara Municipal, alterar ou reescrever a lei. Os Srs. não podem deixar de cumprir a lei e o regimento deste órgão que foi aprovado e está em vigor. Portanto, V.^a Ex.^a está obrigado a convocar as reuniões legais e regimentalmente estabelecidas. Se não o fizer está, em matérias da maior relevância, como as que se prendem com a segurança e proteção civil, a postergar o papel e a ação consultiva do órgão em apreço, violando a lei, como já vem acontecendo, nesta matéria, há muito tempo.”*

Seguidamente, usou da palavra o Sr. Deputado Manuel Penteado Neiva, do Grupo Político do PSD, com a seguinte intervenção:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

O Executivo Municipal apresenta-nos para apreciação e votação, nesta Assembleia Municipal, os seus instrumentos previsionais para o ano de 2016 nomeadamente o Orçamento, as

Grandes Opções do Plano e o respectivo Mapa de Pessoal.

Estamos perante um orçamento que ronda os 21 Milhões de euros, superior, portanto, em 18% ao que nos foi apresentado no ano transato.

Corroborando as palavras sublinhadas pelo Sr. Presidente da Câmara, estamos perante documentos que foram elaborados com rigor, onde pautou a transparência, e, acime de tudo, demonstrando a intenção do Executivo em continuar a manter o Município numa boa situação financeira, não deixando, no entanto, de continuar a promover todas as condições para que Esposende caminhe, como tem feito, para o desenvolvimento integrado e sustentado. Aliás, e já hoje referimos noutra intervenção, disso são exemplo os dados recentemente publicados sobre Esposende, inseridos no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

Apraz-nos registar os valores orçados para as componentes sociais, que demonstram o sentido social com que se gere este município, com uma dotação global que ultrapassa os 11 Milhões de euros, com destaque para a Educação e Cultura. É notória a preocupação com o apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social e ao movimento associativo em geral. Este Plano não deixa de fora as famílias, aliás já antes traduzido no abaixamento do IMI e na introdução do chamado IMI Familiar, permitindo assim o abaixamento dos encargos fiscais das famílias com mais número de dependentes.

Registamos ainda, e com satisfação, a diminuição das dívidas a médio e longo prazo, fruto não só de possíveis amortizações de dívida, mas, também, pela capacidade em renegociar juros mais favoráveis.

Por último, Senhor Presidente da Câmara e este dado tem um grande significado político, o Grupo Político do PSD congratula-se com o facto destes instrumentos de gestão terem sido aprovados sem qualquer voto contra o que manifesta a integral concordância e anuência das outras forças políticas, com assento no Executivo Municipal, às opções feitas por este executivo social-democrata.

*Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

É nossa convicção que as opções vertidas nestes Documentos Previsionais são fundamentais para continuarmos a crescer e a desenvolver de forma sustentada e, por isso, vão receber, estamos certos, a aprovação desta Assembleia Municipal.

O Grupo Político do PSD felicita o Executivo pelo trabalho desenvolvido ao longo deste ano de 2015 e dará o seu voto favorável ao Orçamento 2016, às Grandes Opções do Plano e o Mapa de Pessoal.”

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Artur Viana, do Grupo Político do CDS, que se passa a transcrever:

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais e público presente*

O município de Esposende, mesmo sendo um dos municípios com as suas contas equilibradas, uma referência para os rankings de "boa" gestão, não será um exemplo em termos de crescimento económico, ou talvez sim, se considerarmos este crescimento apenas na vertente financeira.

O município tem "os cofres cheios", no entanto, é necessário lembrar que parte desta recita resulta, relativamente a 2015, de um aumento de 10% dos impostos diretos e de mais de 30% dos impostos indireto.

Os portugueses e os esposendenses em 2016 continuarão a sentir o efeito das medidas de austeridade que têm tido repercussões orçamento após orçamento.

O Município tem como missão genérica corresponder às aspirações dos cidadãos, mediante políticas públicas inovadoras, apostando na aplicação sustentável dos recursos disponíveis e na qualidade da prestação dos serviços.

A estratégia a implementar tem de ser baseada não em generalidades fatuais mas em eixos estratégicos concretos que estabeleçam metas e objetivos associados a oportunidades de financiamento consistentes, que após o seu desenvolvimento permitam o estabelecimento de indicadores e resultados.

Está na hora da mudança do discurso otimista de que o concelho tem uma situação financeira que permite aguardar com serenidade o futuro. O futuro já é presente e a gestão não reflete a ambição preconizada pelo Sr. Presidente.

O presente orçamento para 2016 apresenta um vasto conjunto de ações que se caracterizam pela continuidade.

Questiono o Sr. Presidente sobre o ponto de situação dos grandes projetos e intervenções como: o Forte de São João Batista, a Estação Radio Naval, o Parque da Cidade, a Ecovia do Litoral e do Cávado, o Centro de Negócios, etc.,

Será que estes projetos são para concretizar ou serão apenas uma miragem resultante das promessas eleitorais.

O concelho precisa urgentemente de ver a sua economia revitalizada.

Esposende não será por ventura o município com uma taxa de desemprego elevada, mas também não é um município empregador.

O CDSPP, nos contributos para o orçamento de 201, preconizou a criação de um Centro Estratégico Empresarial constituído por empresas e instituições sedeadas em Esposende ou de relevância nacional dos sectores agrícola, industrial, do comércio, do turismo e dos serviços. Este Centro Estratégico, responsável pelo Gabinete de Apoio ao Investidor, será uma incubadora de empresas voltada para empreendedorismo jovem, devendo estar ao serviço de todos os esposendenses, investidores externos e da economia do nosso concelho.

A relevância de Esposende no contexto regional é marcada pelo elevado número de funções urbanas de nível local e regional e assumir a manutenção e a valorização de cada uma dessas funções urbanas diferenciadoras é fundamental. A reabilitação do edificado existente promovendo, em simultâneo, a sua regeneração através da criação de novas funções urbanas

e da revitalização dos espaços públicos como forma de combate à desertificação humana dos centros históricos é uma ação á qual o executivo deve dar prioridade.

Também o alargamento da rede de saneamento básico deverá ser prioridade. Num concelho a duas velocidades, são ainda muitos aqueles que anseiam pela rede de saneamento público, nomeadamente em Apúlia (lugar de Paredes), Fonte boa e Rio Tinto, entre outros.

Ao nível do ambiente e da sustentabilidade, estranhámos a proposta para 2016 de elaboração de projetos como o do Parque da Cidade, dado que a mesma proposta já constava do plano para 2015. Será que não foi terminado ou será que ainda não foi iniciado?

Ao nível dos espaços verdes surge a continuidade de redução de custos de manutenção destes espaços. Será que para além das flores, já praticamente inexistentes, nos irão tirar os espaços arrelvados?

Para quando o Plano de Mobilidade Sustentável, facilitador da circulação nas artérias da cidade e do concelho?

Relativamente á redução do congestionamento nos acessos às praias do concelho e em particular às praias de Apúlia e Ofir, não se visualiza qualquer projeto ou intervenção. Mais uma vez para quando o projeto da variante sul de Fão.

Para finalizar, a proposta de orçamento Municipal para 2016 é extensa e abarca várias áreas e projetos de continuidade. A meio do mandato autárquico espera-se um orçamento de concretização de projetos, no entanto verifica-se que os grandes projetos apenas estão contemplados com 100 euros na rubrica.

Esperemos que os mais de 4 milhões de euros a investir se concretizem nos projetos de ambição do presente executivo para que daqui a um ano não voltemos a repetir o mesmo discurso."

Pelo Sr. Deputado Municipal Luís Peixoto, do Grupo Político do PS, foi pedida a palavra, tendo o Sr. Presidente da Mesa autorizado a sua intervenção relativamente ao ponto em discussão.

O Sr. Deputado Municipal Luís Peixoto referiu que:

"Na sequência das intervenções anteriores, quero informar que todos aqueles que se referiram ao saneamento das Pedreiras, devem-se referir ao saneamento da Rua Serpa Pinto. A necessidade daquela infraestrutura na Rua Serpa Pinto, é uma necessidade urgente porque é uma forma de tornar igual o que está desigual, pois há alguns desiguais no Concelho de Esposende, pois não é só na Rua Serpa Pinto, existem outras localidades que também não têm saneamento, aliás como já aqui foi referido pelo Sr. Deputado Artur Viana. Por isso não posso permitir que pessoas como o Dr. Penteado Neiva aconselhem o Sr. Presidente a tardar o mais possível a instalação do saneamento na Rua Serpa Pinto.

Falando do Orçamento, com o qual eu estou de acordo e por isso vai ter o meu voto a favor, pois nesse orçamento estão parte daquilo que são as necessidades das freguesias que represento - União das Freguesias de Apúlia e Fão. No entanto fico insatisfeito, porque continuam a faltar, ou a não estarem elencadas algumas das necessidades que o Sr. Presidente conhece, que espero que tenha em conta nos próximos orçamentos, nomeadamente no de 2017.

Outra questão que tem vindo a público e já alguns dos Sr. Deputados falaram, tem a ver com a iluminação pública da frente ribeirinha de Fão, sobretudo aquela parte que não está iluminada na sequência dos melhoramentos que sofreu a Frente Ribeirinha. Eu disse-o no discurso de inauguração da Frente Ribeirinha, já o disse aqui e vou repetir, a Frente Ribeirinha de Fão, não tem só um cariz lúdico, tem também um cariz público e utilitário no movimento de pessoas entre o Caldeirão e o Centro da Vila de Fão. É um trajeto muito mais seguro para as pessoas que se deslocam para o centro da Vila, escusam de passar na movimentada Rua Serpa Pinto, em termos de trânsito automóvel, e sendo mais seguro torna-se inseguro quando estamos de noite. Portanto fica aqui um pedido ao Sr. Presidente da Câmara para que na verdade tome esta questão a peito e para bem dos moradores das Pedreiras, aqui sim das Pedreiras, para que ela seja executada o mais rápido possível."

Pelo Sr. Presidente da mesa, foi questionado se havia mais alguma intervenção. O Sr. Deputado Municipal Manuel Penteado Neiva, do Grupo Político do PSD, solicitou a palavra para defesa da honra. O Sr. Presidente da mesa concedeu-lhe três minutos para esse efeito.

O Sr. Deputado Municipal Manuel Penteado Neiva fez a seguinte intervenção:

"É pena que alguns dos senhores deputados não tenham compreendido o alcance das minhas palavras que se referiam, tão-somente, ao esvaziar do discurso do Sr. Deputado da CDU, Manuel Carvoeiro, e tenham preferido fazer outra leitura, desajustada, nomeadamente o estar contra as obras de saneamento na Rua Serpa Pinto. Não foi, de todo, essa intenção e, mesmo que assim o fosse, não se compreende que se "desonrassem os moradores" por se ter outra opção de investimentos e outras prioridades."

Não havendo mais nenhuma intervenção, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para o mesmo intervir sobre este ponto. Pelo mesmo foi referido que:

"Sobre a intervenção do Sr. Deputado Carvoeiro: de facto as nossas políticas não têm sido muito eficazes para a fixação da população, mas nos municípios geridos pelo Partido Comunista no Alentejo, têm tido um sucesso enorme, nós estamos ansiosos por ver esses projetos, para os copiar para o Município de Esposende. Quanto às obras da Polis, o que tenho a dizer é que de facto nós não conseguimos levar a cabo a totalidade daquilo que eram os projetos previstos, mas conseguimos ser o único município da Polis que cumpriu com o capital social, que ainda hoje tem um capital excedentário de cerca de 830 mil euros e só isso é que conseguiu de facto permitir que fosse o município com mais obras da Polis de entre os três que compõem a Polis Litoral Norte."

Quanto às intervenções da Águas do Norte, eu acho piada que elas só são nossas quando causam algum impacto nas populações, quando há uma vala mal tapada as obras são da câmara, mas quando é para reclamar os méritos sobre as intervenções aí já não são do Município, há aqui um desfasamento, elas são nossas ou não são nossas, elas têm participação nossa ou não têm participação nossa? Não pode ser quando nos convêm, têm participação nossa, e não há dúvida nenhuma que se nós não tivéssemos feito um forte investimento no valor de 10 milhões de euros neste município para todo o sistema em baixa, nunca vinham cá montar as ETAR's que estão a montar de última geração, nunca montaria a reдем em alta que está a ser montada para alimentar essas ETAR's, portanto uma coisa está relacionada com a outra, se temos esses investimentos é porque houve no passado outros Presidentes da Câmara que cá estiveram que apostaram forte no sistema em baixa e que permitem hoje fazer estes

investimentos no Município, isto é que é inevitável. Temos um investimento de 24 milhões de euros na totalidade da rede.

Quanto ao desenvolvimento económico, eu confesso que também tenho uma preocupação com o avançar do tempo e com a execução dos projetos que temos de executar, mas noto uma grande ansiedade na oposição relativamente aos projetos de desenvolvimento económico, estão todos muito receosos. Eu já expliquei aqui o que foi feito numa primeira fase do mandato, e falta outra metade do mandato para concluir estes projetos, no final faremos a avaliação para saber se eles foram ou não levados a cabo.

De resto, eu analisei as propostas que o Partido Comunista fez chegar para a feitura do orçamento, e continuo a não perceber, não é que as mesmas não nos mereçam atenção, claro que merecem, respeitamos as posições da oposição, mas são questões tão pequenas, quando estamos a falar num orçamento de 21 milhões, são propostas que com certeza caberiam no orçamento de uma Junta de Freguesia, e não no orçamento de um município. As propostas apresentadas não são estruturais para o desenvolvimento do Concelho, mas sim coisas simples de administração que decorrem da gestão normal do município, pelo que fico muito satisfeito que as questões sejam desta natureza, ficaria preocupado se as questões colocadas fossem de natureza financeira. Aceitamos as suas questões, até porque são fáceis de solucionar, aliás como temos feito.

Quanto ao Concelho Municipal de Segurança, não faz qualquer sentido marcarem-se reuniões para não aparecer ninguém, ou meia dúzia de pessoas, até porque não há matéria para discutir, reunir só por reunir não interessa a ninguém, o importante é reunir sempre que faz falta e isso tem sido feito.

Quanto à Escola Secundária Henrique Medina, são dois milhões seiscentos e cinquenta mil euros, não é aquilo que nós queríamos, foi feito um pedido à tutela para 5 a 6 milhões de euros, deram-nos metade, ou perto disso, pois que o valor referido, já tem a comparticipação do município. Isto foi contratualizado no âmbito da CIM-Cávado, conseguimos garantir o valor, sendo certo que agora passa pela DGEST, porque é um edifício que não é da gestão da câmara, não é da nossa tutela, nem da nossa responsabilidade, de qualquer forma nós já garantimos, cerca de dois milhões e meio de fundos comunitários para a requalificação da Escola.

Quanto ao saneamento das Pedreiras, isso é um assunto mais que debatido. Quanto ao abaixo-assinado, eu apenas tenho conhecimento de um abaixo-assinado que tinha a ver com as águas pluviais, e isso, como sabem já foi resolvido, dentro daquilo que eram as nossas possibilidades. No entanto, convém referir que intervir naquela rua implica outras infraestruturas, como gás, telecomunicações, o que torna o investimento muito caro, não se justificando neste momento, mas se acha que é muito importante, nós podemos abdicar de todas as outras obras na freguesia para realizar esta, a opção é sua, mas honestamente e com todo o respeito pelas pessoas não me parece. Se houver fundos comunitários, pode-se pensar em fazer a obra, não podemos é politizar a situação, ou seja, agora quem não tem saneamento à porta é ostracizada pela câmara, ou tem menos valor que as pessoas que têm saneamento, por favor! Se não temos infraestruturas básicas no Concelho todo, é porque não temos dinheiro para o fazer, quem me dera disponibilizar estes serviços à totalidade da população, mas não é possível. Desde logo por critérios técnicos, há situações onde não possível, tecnicamente, a instalação de água, ou saneamento, não há aqui qualquer valorização ou desvalorização desta ou daquela população, desta ou daquela freguesia, muito menos má vontade do executivo.

Quanto ao Dr. Artur Viana, a questão que falou do aumento dos impostos, é importante perceber aí uma coisa, é verdade que o IMI, tem vindo a crescer, mas aquilo é uma previsão, não quer dizer que aquilo se venha a verificar naqueles termos, aliás, se for introduzida a cláusula de salvaguarda já teremos outros valores. Mas é preciso dizer uma coisa, o acréscimo de IMI não é usado para efeitos de investimento, o acréscimo de IMI é obrigatoriamente, por lei, investido em três coisas: para pagar empréstimos de curto prazo, para pagar dívida corrente, ou para o FAM, ou seja nós não utilizamos esse acréscimo para a gestão do dia-a-dia, ou para investir nas freguesias, com muita pena minha.

Quanto à Ecovia do Litoral, é um projeto que temos completamente pronto, estamos a aguardar uma reunião com a tutela, pois com a mudança do Governo, voltamos a ter que discutir estes assuntos, só esperamos que não haja nenhum retrocesso.

Quanto à Ecovia do Cávado, tivemos há dias a apresentação do projeto cá, temos tudo pronto, está em desenvolvimento.

Quanto ao parque da Cidade, o projeto continua, estamos a ver as melhores soluções para a aquisição de terrenos. Passa-se o mesmo com o Centro de Negócios, estamos em negociação com os terrenos, claro que o projeto é para continuar.

Os Planos Urbanos, não são propriamente Planos, mas sim Zonas de Reabilitação Urbana, vão ser criadas, logo que seja possível far-se-á uma reunião convosco, com vista à criação de quatro áreas de Reabilitação Urbana, Marinhas, Esposende, Fão e Apúlia.

Quanto à questão da gestão do estacionamento e da mobilidade, ainda há pouco tempo fechamos o PMUS, Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, no âmbito do Cávado.

Relativamente às questões do Sr. Presidente da Junta Luis Peixoto, a questão da iluminação pública, sei que iremos falar deste assunto enquanto esta não for colocada, mas é preciso dizer que demoramos 40 anos para fazer aquela obra, de repente parece que nada se fez, e só temos o problema da iluminação pública. Quando se fez a obra não se pensou na iluminação pública, a função da obra, não era uma ciclovia urbana, mas sim lúdica, até pela sua localização, até digo mais, eu tenho sérias dúvidas que o Parque Natural ou a Agência Portuguesa do Ambiente autorize a colocação de iluminação naquela zona, porque interfere com os ecossistemas, com os peixes, eu digo isto, não é pela câmara, pois não será por 15 ou 20 postes de iluminação pública que ficaremos mal com a população das Pedreiras, mas acredite que isto que lhe estou a dizer é verdade, tivemos esse problema aqui na marginal, tivemos muita dificuldade em colocar iluminação pública voltada para o rio. Não quer dizer que não se venha a fazer, podemos ver se é possível, não devemos é criar uma expectativa exagerada às pessoas, sob pena de posteriormente essa expectativa ser defraudada.

Quanto às Variantes, a Variante Norte de Apúlia, essa sim tem um projeto definido, quanto à Variante Sul, também existe projeto de execução, mas temos de ser realistas, engloba aquisição de terrenos e isso tem custos administrativos morosos, daí ainda não terem sido concretizadas. São situações muito complicadas e sem financiamento é de difícil concretização, pese embora a importância dessas vias ser inegável. Vamos ver se há investidores que possam contribuir para a feitura dessas vias. Já agora posso anunciar que estamos a renegociar com as Infraestruturas de Portugal o acordo sobre as EN 205 e 305."

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DE 22 VOTOS A FAVOR, COM 5 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA E 1 VOTO CONTRA DO MEMBRO ELEITO PELO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2016 –

ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL. -----

02.08. APRECIÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PROCEDIMENTO PARA A CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO APOIO DE PRAIA DE CEPÃES, NOS TERMOS DA ALÍNEA P) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 05 de novembro de 2015, foi aprovada a proposta da proposta de início de procedimento para a concessão de exploração do apoio de praia de Cepães, nos termos da alínea p) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Artur Viana, referindo que:

“Sabendo da pouca ou nenhuma procura por parte de interessados para o apoio, no primeiro concurso, sabendo que não tem área coberta para esplanada, e tendo em conta que o programa de concurso obriga a que o apoio esteja aberto todo o ano, não irá essa obrigatoriedade dificultar o interesse das pessoas?”

Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi referido que: *“Pelo contrário Sr. Deputado, entendo que o facto de permitirmos que esteja aberto o ano todo, aumenta o interesse, pois permite mais tempo de negócio para rentabilizar o investimento feito. Como sabe a câmara não pode ampliar a área coberta, desde logo pela tipologia da edificação – apoio de praia e porque o mesmo está localizada na POOC, com todas as limitações que daí decorrem”*

Pelo Sr. Deputado Municipal, Agostinho Silva, do Grupo Político do PSD, foi sugerido ao Sr. Presidente da Câmara que reveja o artigo 8.º do programa de procedimento, relativo à apresentação das propostas, permitindo que as mesmas sejam apresentadas em carta fechada e não pela plataforma eletrónica, desta forma tornar-se-ia o procedimento mais facilitador, permitindo um maior número de candidatos.

Pelo Sr. Presidente da Câmara foi solicitada autorização para que o Chefe de Divisão pode-se esclarecer as questões colocadas.

Colocado o pedido do Sr. Presidente da Câmara a votação, a Assembleia autorizou a intervenção do Dr. Nuno Capitão que referiu que a exigência da plataforma eletrónica resulta da lei.

Pelo Sr. Presidente foi referido que: *“Tomamos boa nota da recomendação e veremos a possibilidade legal de fazer as alterações recomendadas.”*

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DE 17 VOTOS A FAVOR, COM 11 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA, DO MEMBRO ELEITO PELO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, DO MEMBRO ELEITO PELO PARTIDO DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL, DO MEMBRO ELEITO PELO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA DR. AGOSTINHO SILVA, E PELOS SENHORES

PRESIDENTES DA JUNTA DAS FREGUESIAS DE GEMESES, FORJÃES E PELO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, APROVAR A PROPOSTA NOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA. -----

02.09. APRECIACÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 29 de outubro de 2015, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a Esposende Ambiente, E.M. para a prestação de serviços de resíduos urbanos e limpeza pública no Município de Esposende. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DE 22 VOTOS A FAVOR, COM 6 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA E DO MEMBRO ELEITO PELO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA. -----

02.10. APRECIACÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS, DA GESTÃO DA VERTENTE AMBIENTAL E DE GESTÃO DO SISTEMA DE ÁGUAS PLUVIAIS NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE NOS TERMOS DO N.º5 DO ARTIGO N.º 47 DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO. – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 29 de outubro de 2015, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a Esposende Ambiente, E.M. para a prestação de serviços de execução de tarefas de gestão de espaços verdes públicos, da gestão da vertente ambiental e de gestão do sistema de águas pluviais na área do município de Esposende. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DE 22 VOTOS A FAVOR, COM 6 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA E DO MEMBRO ELEITO PELO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA

OUTORGA.-----

02.11. – APRECIÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ESPOSENDE 2000- ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M., NOS TERMOS DO N.º 5 DO ARTIGO N.º 47 DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO. – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 19 de novembro de 2015, foi presente na sessão para aprovação da proposta da Câmara Municipal de Esposende para a celebração de Contrato Programa entre o Município de Esposende e a Esposende 2000-Atividades Desportivas e Recreativas, E.M., nos termos do nº 5 do artigo 47º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DE 27 VOTOS A FAVOR, COM UMA ABSTENÇÃO DO MEMBRO ELEITO PELO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA. -----

02.12. – APRECIÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE SOBRE A APROVAÇÃO DE ISENÇÕES DE TAXAS NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; DE REVOGAÇÃO DOS ARTIGOS H/15, H/16 E H/17 DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE; DA PUBLICITAÇÃO DO INICIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DO ARTIGO 98.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO; DA APROVAÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS SOBRE ISENÇÕES DE TAXAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 89.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. - PROPOSTA DE APROVAÇÃO-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR TODAS AS ISENÇÕES DE TAXAS CONCEDIDAS A PEDIDO DOS INTERESSADOS APÓS 7 DE ABRIL DE 2015; A REVOGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ARTIGOS H/15.º, H/16.º, H/17.º E H/55.º DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE; A APROVAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS ESTIPULADAS NA PROPOSTA APRESENTADA; A APROVAÇÃO DO INICIO DE PROCEDIMENTO TENDENTE À ALTERAÇÃO DO CÓDIGO REGULAMENTAR.-----

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, não se tendo verificado inscrições.

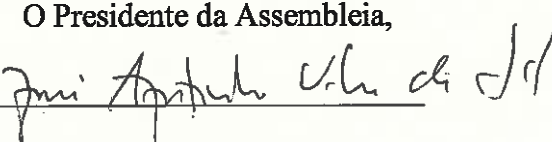
---Pelo Sr. Presidente da Mesa, e antes da leitura da minuta da ata, foi referido que em princípio irá haver uma Assembleia Extraordinária no dia 21, às 18.30h, tendo o Sr. Presidente

da Câmara, dado conta da necessidade da mesma, bem como dos assuntos que irão a essa sessão.

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas. -----

---Sendo 1 hora e 20 minutos do dia 1 de dezembro, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

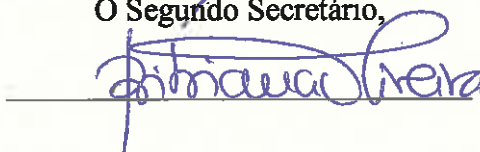
O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



O Segundo Secretário,



ATA

N.º 05/2015

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

**Realizada em
30 de novembro de 2015**